

## LATIFÚNDIO, CANA-DE-AÇÚCAR E CÓCO NO NORTE DE ALAGOAS \*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE \*\*  
(Professor na Universidade  
Federal do Recife - Sócio efetivo da A.G.B)

### I — ASPECTOS MORFO-CLIMÁTICOS

#### *I — Conceito e situação*

É tradicionalmente chamada de Norte de Alagoas a porção deste Estado situada ao Norte de Maceió e localizada a pouca distância do Oceano.

Compreende uma área de, aproximadamente, 2 205 quilômetros quadrados onde se condensa uma população de 93 169 habitantes, compreendendo, assim, 7,7% da superfície estadual e 7,3% da população da unidade política em que se situa. A densidade demográfica é, desse modo, de pouco mais de 42 habitantes por quilômetro quadrado. Essa área territorial está dividida em nove municípios e é drenada pelos rios Manguaba, Tatuamunha, Camaragibe e Santo Antônio Grande e por um grande número de riachos e rios que desaguam nos mencionados rios ou diretamente no Atlântico.

Os municípios da Região Norte de Alagoas são: Maragogi, Japaratinga, Pôrto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Pôrto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Luiz do Quitunde e Barra de Santo Antônio. Há, porém, um projeto de lei na Câmara Estadual elevando a município o distrito de Urucu (fig. 1).

Localizada fora das vias de comunicação de maior importância — a ferrovia construída nos fins do século passado e que liga hoje Maceió ao Recife, e a recente rodovia asfaltada — e não dispondo, conseqüentemente, de transportes rápidos e baratos, ficou essa região, apesar de localizada relativamente próxima a duas grandes

(\*) Recebido em abril de 1967.

(\*\*) Pesquisa realizada em 1962, para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

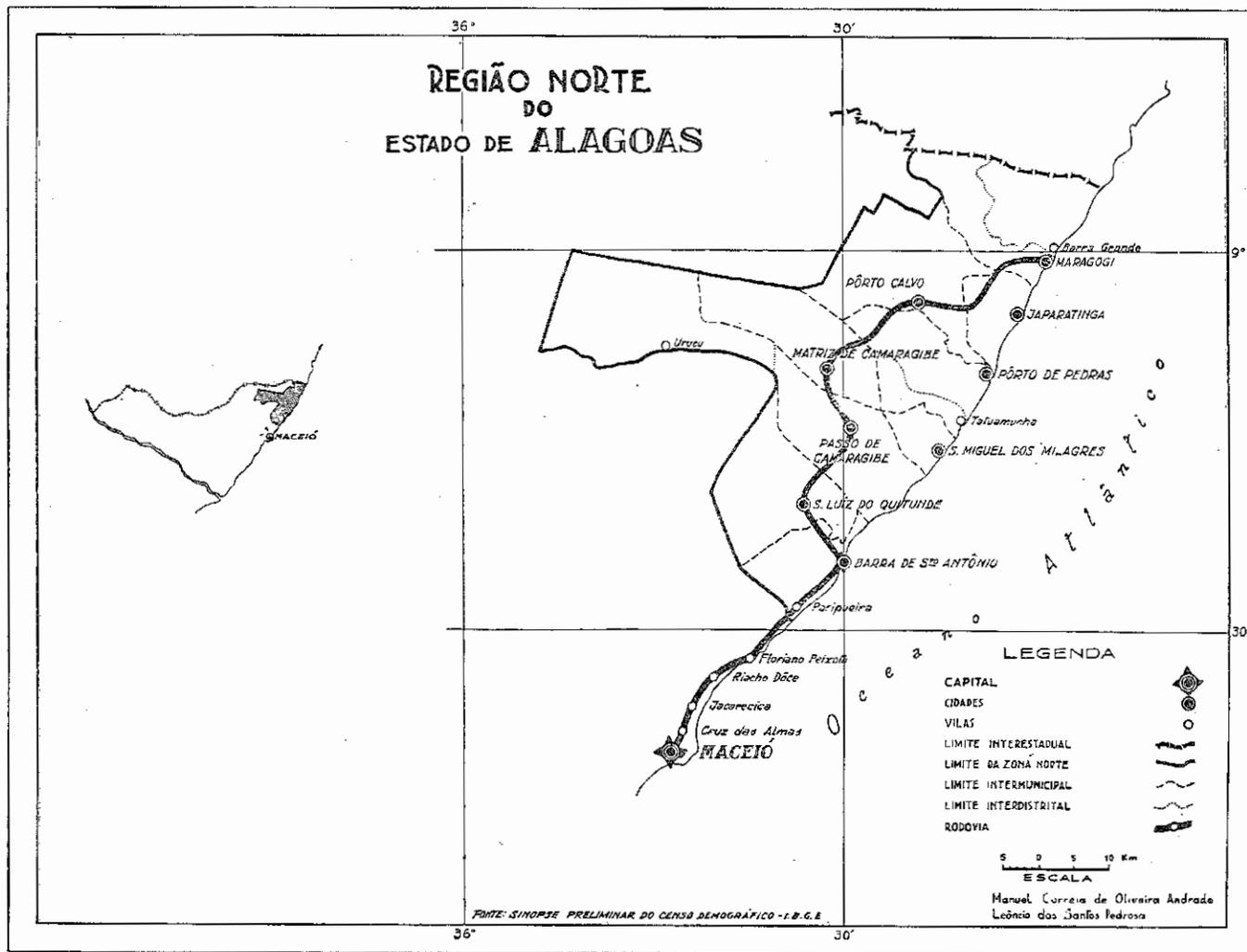


FIGURA 1

idades — Maceió e Recife — à margem do desenvolvimento regional. Realmente, apesar de sua elevada produção de açúcar e de côco, ficou o Norte alagoano fora do desenvolvimento econômico do Estado, decaindo de importância e sendo economicamente superado por outras áreas que possuíam condições mais promissoras, embora de povoamento menos antigo.

É impressionante para quem percorre a região, encontrar extensas áreas com a vegetação natural devastada, despovoadas e cobertas por grandes capoeiras. O sub-aproveitamento da terra é chocante como o é, também, a pobreza dos seus habitantes. Recentemente o Governo Estadual vem procurando levantar economicamente a área, construindo uma estrada asfaltada que partindo de Maceió corta os vários municípios da região, procurando carrear para o pôrto da capital do Estado a produção de côco e de açúcar da mesma. Tenta, assim, com a construção da AI-21, recuperar a economia da região.

## 2 — *Condições climáticas*

Levando em conta as condições meteorológicas, pode-se afirmar que o Norte de Alagoas possui um clima quente e úmido no qual as chuvas se concentram num período — outono-inverno — e o estio se estende pela primavera e verão. Pode ser enquadrada no tipo As da classificação de Köppen, aplicada ao Brasil por Lysia Maria Cavalcanti Bernardes [7] e no Nordeste por Ignês Amélia Teixeira Guerra [12].

Aí, em uma região localizada a pouco mais de 9º de Latitude Sul, é natural que a média térmica do mês mais frio seja superior a 18°C, sendo a média anual de 24°C. A amplitude térmica, como ocorre nas regiões tropicais próximas ao Equador, é baixa, aproximando-se dos 4°C. Daí poder-se, ao estudar as condições climáticas, usar as médias térmicas, ao contrário do que ocorre nos climas temperados em que as amplitudes térmicas anuais costumam ser bastante elevadas. A temperatura sensível é constantemente atenuada pelos ventos que sopram do Atlântico — alíseos e brisas. A posição da costa é inclinada sensivelmente na direção Nordeste-Sudeste.

Quanto ao regime pluviométrico é lamentável que não se disponha de dados seguros, que mereçam fé, devido ao fato de só existir em tôda a área um pôsto meteorológico — Pôrto Calvo — em funcionamento desde longa data. Os postos existentes em algumas usinas foram instalados faz poucos anos e não fornecem dados que se possam utilizar em uma conceituação climática. Os dados obtidos em postos localizados em municípios próximos aos da área também não devem ser usados, de vez que o regime pluviométrico estando sujeito a um grande número de fatores geográficos, varia consideravelmente de uma área para outra, às vêzes localizadas a pequenas distâncias.

Em geral admite-se que na região chove anualmente de 1300 a 1400 mm (fig. 2), concentrando-se essas chuvas no outono e no inverno.

No outono, nos dias claros e ensolarados, quando as temperaturas são bastante elevadas, dominam as chuvas convectivas que caem sob a forma de pesados aguaceiros. No inverno, porém, devido à influência das frentes frias provocadas pela massa de ar Polar Antártica, é freqüente a sucessão de dias nublados em que o sol quase não é visto e tem-se, então, a queda persistente de chuvas ora grossas, ora finas, autênticos chuviscos, por horas a fio e até durante dias inteiros. Uma queda sensível da temperatura acompanha essas chuvas.

### 3 — Aspectos morfológicos

Tôda a região está localizada em baixas altitudes. Só nos pontos mais ocidentais é que se observam os níveis da superfície de aplainamento pliocênica superiores a 100 metros. Essa superfície vem se inclinando suavemente do interior até a costa, em alguns pontos, ou até as proximidades da mesma em outros. Neste caso, entre a barreira e o litoral se estende o terraço de 2-3 metros ("fill terrace"), provavelmente holocênico, com sua vegetação típica e com os coqueirais cultivados pelo homem.

Essa superfície é, na área em estudo, representada sobretudo pelos tabuleiros arenosos que servem, com as suas amplas áreas planas, de interflúvios entre os rios que se dirigem para o Oceano

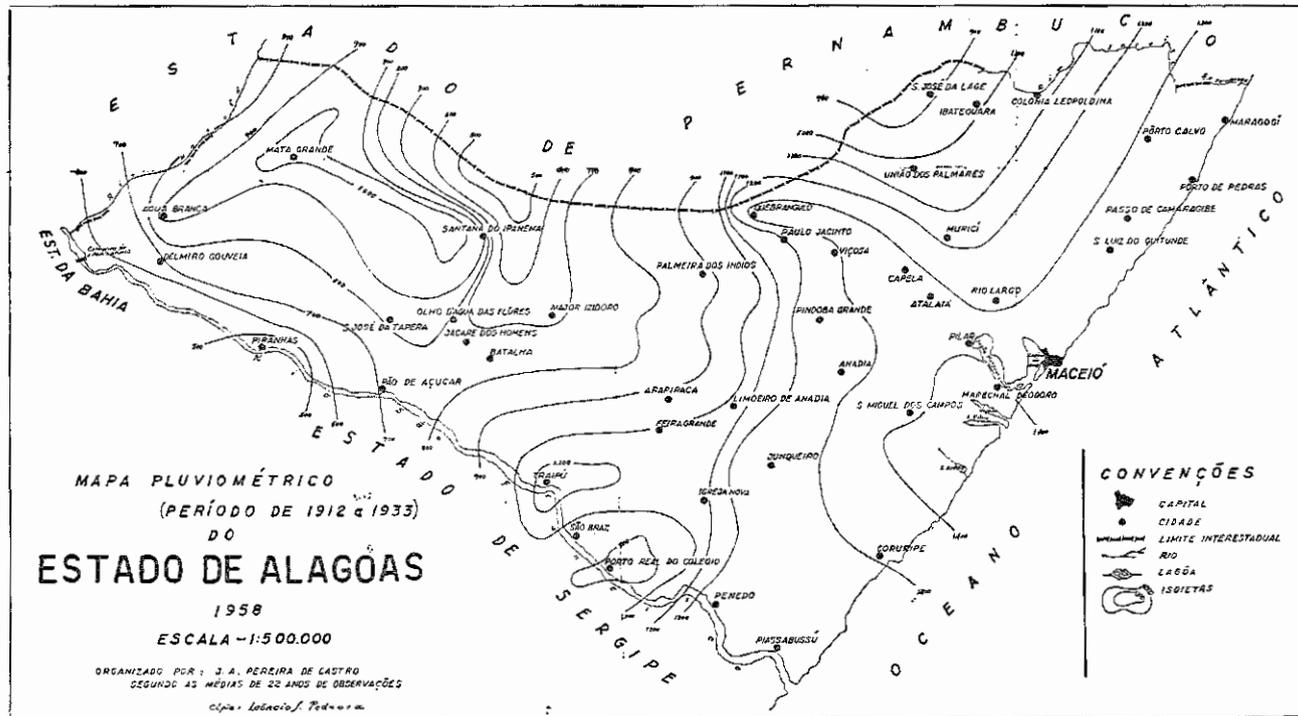


FIGURA 2

e formam unidades separadas umas das outras pelos vales e várzeas desses mesmos rios. Inclinando-se suavemente de Oeste para Leste ela se aproxima da praia em alguns pontos entre Maragogi e Barra de Camaragibe, chegando à costa com cerca de 25 a 30 metros de altitude, formando a barreira nesses pontos autênticas falésias, de vez que se ergue sobre a superfície oceânica enquanto as ondas quebram em seu sopé. Aí, como ocorre em outras áreas de Alagoas, o manto arenoso do tabuleiro é pouco espesso [1] e sob ele aparece um sub-solo argiloso que permite o desenvolvimento da floresta atlântica em toda a sua plenitude. Essa floresta em certas áreas foi pouco devastada pelo homem, como ocorre entre Pôrto Calvo e Matriz de Camaragibe, mas em outras foi inteiramente substituída por capoeiras, por pastagens e por inexpressivos roçados de mandioca, como acontece entre Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde.

Nas amplas várzeas estreitas a uma certa distância do Oceano mas alargando-se constantemente à proporção que se caminha para Leste, localizam-se os principais rios da região, o Manguaba e seu afluente Comandituba, o Tatuamunha, o Camaragibe, o Santo Antônio Grande e o Jitituba que se beneficiando de um clima úmido, possuem regime perene. Essas várzeas possuem geralmente solos de massapê muito úmidos, de vez que são alagados no inverno. Esse alagamento força a que os proprietários drenem grande parte das mesmas a fim de poderem realizar o seu aproveitamento agrícola. Nas proximidades da foz a influência da maré se faz sentir de forma acentuada. Os vales fluviais são afogados por alguns quilômetros, dando origem a autênticas "rias" (foto 1) e o efeito da maré dinâmica se faz sentir a distâncias superiores a 15 quilômetros da foz. Daí localizarem-se os antigos portos de canoas, Pôrto Calvo, Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde, não na costa, mas de 15 a 20 quilômetros no interior, rio acima, nos pontos onde domina a cultura da cana de açúcar. As barcaças iam pegar o açúcar quase na bagaceira dos engenhos ou nas esteiras das usinas, poupando aos bangüezeiros e usineiros o trabalho de trazerem o seu produto até a praia.

A vegetação natural na várzea se sucede conforme as condições do meio; próximo à praia, até onde chega a influência da

maré oceânica, há o domínio do manguezal com as espécies típicas do Nordeste, entre as quais se destacam o *Rhizophora mangle* L., o *Conocarpus erectus* L. e a *Lagunularia racemosa* Caertn, conhecidas na região pelo nome de mangue. À proporção que a influência da maré oceânica vai sendo atenuada e a da maré dinâmica vai se fazendo sentir, o manguezal vai sendo substituído por uma exuberante vegetação aquática típica das águas doces, como as variedades do aningas. Exuberante floresta cobriu, no passado, as encostas e as áreas de várzeas menos sujeitas à inundação, mas foi destruída pelo homem no seu afã de cultivar as melhores áreas, os melhores solos.

Além dos tabuleiros e várzeas, tem na região expressiva importância o terraço de acumulação arenoso que se estende à beira do mar elevando-se sobre o nível oceânico de 2 a 3 metros. Muito amplo em certos trechos, acompanhando para o interior até um certo ponto a várzea dos rios, ele se estreita demasiadamente em outros e desaparece mesmo em alguns pontos, quando a barreira chega à praia. Aí não se encontra mais senão resquícios da vegetação primitiva, de vez que o colonizador europeu a substituiu por coqueirais que recobrem inteiramente a paisagem, dominando as aglomerações, os roçados e os materiais de pesca que são conservados à sua sombra. É o dominador absoluto da paisagem em proporções tais como dificilmente ocorre em outras áreas em que outras culturas introduzidas pelo homem modificaram sensivelmente a paisagem natural (foto 2).

#### 4 — Diversificações regionais

Ao se pretender estudar a Região Norte de Alagoas do ponto de vista geográfico, tanto em seus aspectos físicos como nos econômicos, uma divisão da mesma em duas zonas se faz sentir imediatamente. Há, na verdade, uma zona litorânea que compreende os municípios de Maragogi, Japaratinga, Pôrto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio e porções orientais dos de Pôrto Calvo, Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde. Nessa zona as principais atividades econômicas são a cultura de côco-da-Bahia e a pesca. A essas duas atividades econômicas se

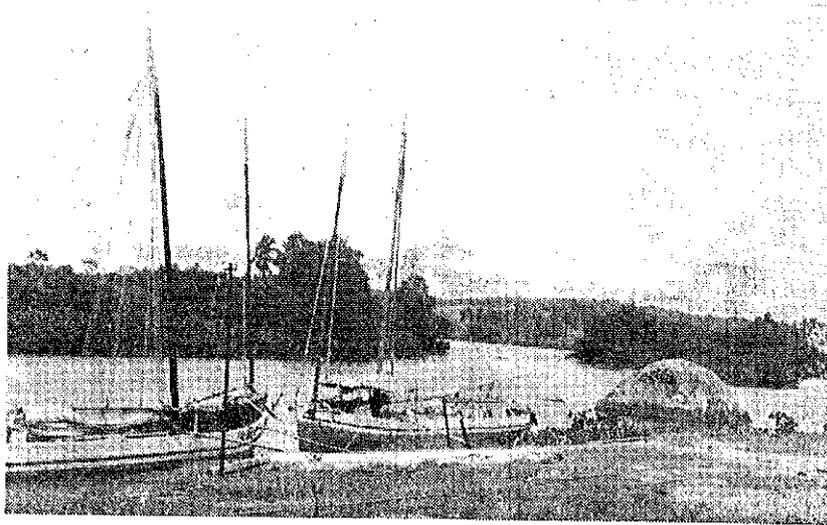


Foto 1 — O pôrto de S. Luís do Quitunde na "ria" do rio Sto António Grande.  
(Foto M. C. Andrade)



Foto 2 — Aspecto de praia com coqueiral, ao sul de Barra de Camaragibe.  
(Foto M. C. Andrade)

acha ligada a maioria da população, dedicando-se o restante ao comércio e a pequenos roçados. O habitat dominante é agrupado em compridas povoações que se alongam próximas umas às outras, à beira-mar. A outra zona é a que se poderia chamar da mata ou, mais propriamente, de zona de transição entre o litoral e a mata; compreende as várzeas dos rios e os tabuleiros que as separam. Nela se incluíam grandes porções dos municípios de Pôrto Calvo, São Luiz do Quitunde e de Passo de Camaragibe, pequenos trechos ocidentais dos de Maragogi e Pôrto de Pedras e todo o território do município de Matriz de Camaragibe, onde a cultura da cana é a principal atividade econômica e onde a população se aglomera ora nessas pequenas e antigas cidades, ora em torno às usinas que dominam inteiramente as paisagens e a economia da região. Daí a divisão da Região Norte de Alagoas em duas zonas: a da cana de açúcar e a do côco e da pesca.

## II — A ZONA DA CANA DE AÇÚCAR

### 1 — *As usinas e sua importância*

Na zona em estudo localizam-se cinco usinas de açúcar que na safra de 1960/61 contribuíram com 13,3% da produção alagoana.

Essas usinas se localizam nos municípios de Pôrto Calvo (a Santana), de Passo de Camaragibe (a Santa Amália e a Camaragibe) e de São Luiz do Quitunde (a Santo Antônio e a São Francisco da Cachoeira).

A produção da safra de 1960/61 se elevou a 598 311 sacos de açúcar, excedendo à cota fixada para as mesmas pelo I.A.A., na proporção de 11%, de vez que essa era de 538 874 sacos. Também a produção alagoana ultrapassou em quase 5% a cota que lhe era destinada. A produção se distribuiu entre as cinco usinas da seguinte forma (tabela I).

TABELA I  
*Produção das usinas da região Norte de Alagoas — 1960/61*

<i>Usinas</i>	<i>Sacos</i>	
	<i>Produção</i>	<i>Cota</i>
Santana .....	258 115	114 973
Santa Amália .....	139 640	190 224
Santo Antônio .....	103 691	116 301
Camaragibe .....	95 795	112 272
São Francisco da Cachoeira .	1 070	5 104
<b>TOTAL</b> .....	<b>598 311</b>	<b>538 874</b>

Analisando-se esta tabela observa-se que quatro das cinco usinas da região não atingiram as suas cotas e apenas uma, a Santana, a excedeu, mas esta o fez em proporções tais que cobriu o deficit de produção de tôdas as demais. Casos houve, até, como o da Santa Amália, que produziu apenas 73% da cota de que dispunha e mais grave ainda o da São Francisco da Cachoeira, usina muito pequena, cuja safra foi inferior a 21% da cota que deveria produzir.

Se se levar em conta os padrões de produção das usinas alagoanas, bem inferiores aos das pernambucanas, mas, em compensação bem superiores aos padrões das de Sergipe, poder-se-á considerar como grandes usinas as que produzem mais de 200 000 sacos por ano (em número de 7), de médias as que produzem menos de 200 e mais de 100 000 sacos (em número de 10) e pequenas as que produzem menos de 100 000 sacos (em número de 11). Assim, poder-se-á considerar como grande usina a Santana — a 3.<sup>a</sup> do Estado — como médias a Santa Amália e a Santo Antônio e como pequenas a Camaragibe e a São Francisco da Cachoeira, essa a mais nova e de menor produção do Estado.

Analisando-se a evolução das safras dessas usinas e das demais do Estado, observa-se um substancial aumento da produção desde a fundação do Instituto do Açúcar e do Alcool até os nossos dias. Assim, na safra 1933/34, as três usinas então existentes na região produziram apenas 34 247 sacos de açúcar correspondendo, esta produção, a menos de 5% da do Estado. Dez anos depois, havia na região sete usinas — Bom Jesus, Camaragibe, Pindoba, Santa Amá-

lia, Santana, Santo Antônio e Unussu — que produziram na safra 1943/44 um total de 133 144 sacos, correspondendo essa produção a 7,8% da produção estadual. Na safra 1953/54, quando o número de usinas se reduzira a quatro, de vez que em 1944 a Bom Jesus e a Unussu haviam sido absorvidas pela Camaragibe e a Pindoba pela Santo Antônio, a safra elevou-se para 287 081 sacos, correspondendo a 11,7% da produção estadual. Observa-se, assim, que a produção açucareira da região cresceu nos primeiros vinte anos de economia orientada pelo I.A.A. em proporções superiores ao crescimento da produção do Estado, mas que, após 1954, sofreu séria queda — devido a diminuição da produção das usinas Camaragibe e Santo Antônio — produzindo apenas 269 681 sacos, ou seja 8,3% da produção estadual. A reconquista da proporção perdida e sua elevação a níveis anteriormente não atingidos foi feita graças à aquisição das usinas Santana e Santo Antônio por novas frimas que as reorganizaram e elevaram a produção das mesmas de, respectivamente, 58 449 sacos na safra 1956/57, para 258 115 na de 1960/61, e de 40 894 sacos na safra 1956/57, para 103 691 na de 1960/61.

Vê-se, assim, que após 1957, a indústria açucareira na região Norte de Alagoas vem atravessando uma fase promissora, o que poderá contribuir para uma intensificação do aproveitamento das grandes áreas sub-aproveitadas existentes na região, até mesmo nas propriedades pertencentes às usinas. A existência de solos abundantes a aproveitar e a aquisição das usinas por empresas mais dinâmicas, mais organizadas e interessadas em ampliar a indústria, foi o suficiente para que a produção aumentasse mais de 100% em quatro anos. Pelas observações e análises feitas no campo, acredita-se que, se não houver uma crise nacional do açúcar, essa produção será ampliada em proporções cada vez maiores nos próximos cinco anos, de vez que as duas usinas referidas estão se reequipando, ampliando a capacidade de produção industrial e procurando aumentar a área e a produtividade de seus canaviais.

## 2 — A tendência à concentração fundiária

Analisando-se a concentração da estrutura fundiária e o processo de desenvolvimento usineiro, observa-se que ambos se processam de forma idêntica ao que ocorreu em Pernambuco, na Paraíba

e em outras partes de Alagoas [10, p. 16 e seguintes] de forma bem mais intensa, portanto, do que o processo evolutivo assinalado em Sergipe [4] e no Estado do Rio de Janeiro [8, p. 200 e seg.].

A região é tradicionalmente açucareira de vez que a sua conquista foi feita por proprietários oriundos de Pernambuco, ainda no século XVI (possivelmente entre 1575 e 1585). Liderados por Cristóvão Lins que fundou em terras alagoanas cinco engenhos, dentre os quais se salientam, o Escorial em Pôrto Calvo, e o Buenos Aires, em Camaragibe [11, p. 25]. Acha o historiador alagoano Diégues Júnior que o povoamento liderado pelo fidalgo alemão acima mencionado se espraiou por tôda a região Norte, atingindo até o vale do Santo Antônio Grande. Esses engenhos, porém, não tiveram grande desenvolvimento nos primeiros tempos, de vez que, por ocasião da conquista holandesa, Pôrto Calvo era um pequeno povoado que tinha na pecuária sua principal fonte de riqueza, havendo em suas proximidades apenas 7 ou 8 engenhos que “fazem um pouco de Açúcar”. Ao lado da cultura da cana e da criação de gado, desenvolvia-se ainda, segundo o depoimento de Verdonk, um pouco de fumo e de mandioca [3, p. 61].

Van der Dussen em seu relatório de 1639 [18, p. 58 e 60], salienta a existência de 10 engenhos na jurisdição de Pôrto Calvo que compreendia tôda a região ora em estudo, dos quais cinco haviam sido arruinados nas lutas pela conquista. Havia em cultivo nos engenhos em funcionamento pertencentes a Rodrigo de Barros Pimentel, a Manuel Carvalho de Queiroga, a Bartolomeu Lins d'Albuquerque e a Domingos Gonsalves Margaen, cêrca de 230 tarefas pertencentes a 13 lavradores. Assim, a sociedade portocalvense já se organizava em moldes semelhantes aos dos vales açucareiros pernambucanos, de vez que aí, como nos outros, no século XVII, o senhor de engenho era apenas ou quase sempre um industrial, cabendo àqueles que não tinham posses para montar um engenho de cana, moê-la no engenho do proprietário. Moendo a cana do lavrador, o proprietário do engenho recebia 50% se o mesmo cultivava terras próprias ou 66% se as terras cultivadas pertenciam ao engenho. Aí em Pôrto Calvo a função industrial estava, então, separada da função agrícola que os engenhos dispunham de apenas 16 partidos de cana contra 214 partidos dos lavradores.

Nos meados do século XVIII a vila de Pôrto Calvo em seu extenso t ermo que pela costa ia desde Persinunga até o Sapucaí e para o interior se estendia pelos sertões até umas quarenta léguas (240 km), tinha uma popula o superior a 3 400 habitantes que se distribuíam pela vila, pelas povoa es de São Bento, Una, Moirim e Camaragibe, possuindo 34 engenhos, a maioria dos quais moentes [13]. Tôda essa popula o se concentrava nas proximidades da costa, penetrando para o interior até uns 40 quilômetros, devido às facilidades de alimenta o fornecida pelos alagados e praias e   necessidade de que os engenhos estivessem nas proximidades dos trechos navegáveis dos rios, a fim de que o a u ar produzido fôsse f cilmente embarcado.

As condi es naturais, aliadas ao sistema econômico de explora o colonial, determinavam êsse povoamento litorâneo e sub-litorâneo. A costa, pouco recortada, s  oferecia oportunidade de penetra o para o interior em embarca es nos cursos inferiores dos pequenos rios, tinham os mesmos afogados, invadidos pelo mar. Não havia nenhum grande rio navegável que permitisse a penetra o de embarca es a dezenas de quilômetros de distância e os povoadores se ligavam a um sistema econômico que destinara o Brasil a fornecer ao mercado europeu os chamados produtos coloniais, tropicais. Todos os que dispunham de meios procuravam produzir a u ar, ora mantendo engenhos, se para isso dispunham de cabedal, ou, se não dispunham, plantando canas para moer em engenho alheio. Daí essa preocupa o de localizar as culturas nas proximidades de portos fluviais, de vez que o principal produto agrícola colonial de então — o a u ar — destinava-se ao mercado externo e os demais produtos deveriam ser exportados para Olinda. Continuava, assim, até certo ponto, a popula o regional a "carangueijar" pelo litoral, como no século XVII já salientava Frei Vicente do Salvador.

No início do século XIX a cultura da cana se alastraria ainda mais com a introdu o de uma nova variedade de cana, a Caiana, que vinha substituindo com grande vantagem a já degenerada cana Creoula. A isto se juntariam melhorias técnicas como o uso do bagaço de cana como combustível, podendo-se poupar as matas, antes indispensáveis como fornecedoras de lenha às caldeiras. Tam-

bém o mercado externo estava em expansão; a abertura dos portos às nações amigas em 1808 e a derrocada do império napoleônico em 1815, abriam na Europa um mercado cada vez maior ao açúcar brasileiro, desafogando-o da crise que o atingira no século XVII com a concorrência antilhana, agora arrefecida com as lutas entre prêtos e brancos, entre senhores e escravos, que se desenvolviam em algumas Antilhas. Esses estímulos externos provocaram o aumento da produção e mais ainda, a subdivisão das antigas sesmarias em engenhos nos quais os velhos proprietários procuravam colocar os filhos e genros. Engenho às vèzes com "moitas" tão sòlidamente construídas que mais pareciam fortalezas, como o Escorial, ou com casas grandes assobradadas que denunciavam a fase de prosperidade econômica que atravessava a indústria açucareira na época em que foram construídas. Mendonças, Lins, Barros Pimentéis, Cusmões, etc. dividiam entre si as terras e a influência política sôbre a região.

Quando na segunda metade do século XIX nova crise ameaçou o açúcar devido ao aumento da cultura de beterraba na Europa, compreenderam os proprietários a necessidade de melhorar tècnica-mente os seus bangüês e de produzir um açúcar de melhor qualidade que obtivesse boa aceitação em um mercado exigente. O Norte de Alagoas ainda era, então, beneficiado pela facilidade de transporte em barcaças, o mais importante como produtor de açúcar do que os vales do Mundaú e do Paraíba do Meio, mais interiorizados e sujeitos a transportar os seus produtos até os portos mais próximos em lombos de burro ou em carros de boi. Tanto essa liderança se fazia sentir, que foram engenhos localizados em São Luis do Quitunde — o Unussu e o São Salvador — os que, em 1878 e 1879 instalaram "aparelho de coser açúcar no vácuo" [11, p. 108].

O prestígio da chamada zona Norte começaria a decair quando nos fins do século XIX foram construídas as estradas de ferro que partindo de Maceió demandavam Viçosa, no vale do Paraíba do Meio, e União, no vale do Mundaú. Esta se ligaria depois às estradas pernambucanas, fazendo a ligação ferroviária entre Maceió e Recife. Várias razões determinaram o traçado das rodovias pelo interior, distantes do Oceano, dentre essas, salienta-se o fato de ser a região litorânea cortada pelos vales fluviais já no baixo curso, quando êles são invadidos pelo mar e se tornam muito largos, exi-

gindo grandes investimentos para a construção de pontes. Além disso, pelo interior as rodovias não sofreriam concorrência de outros meios de transportes, como acontecia no litoral com a região Norte, em que as barcaças ofereciam aos produtores de açúcar fretes menos onerosos.

A superioridade do transporte ferroviário sobre a navegação de cabotagem e a facilidade que ele oferecia, não só no transporte do açúcar para o porto, como no da cana do campo para as usinas, fez com que ao se iniciar o surto usineiro, este se fizesse sentir primeiramente nos vales do Paraíba do Meio — Usina Brasileiro — e do Mundaú — usina Central Leão. Essa importância foi de tal ordem que usinas como a Brasileiro, no vale do Paraíba do Meio, adquiriram engenhos esparsos em posições as mais diversas desde que próximos à estrada de ferro. Construiu, assim, um imenso latifúndio com propriedades situadas às vezes a 30 e a 40 quilômetros de distância da sede, como alguns engenhos do município de Viçosa. Aí, a cana cortada era transportada dos partidos para os "desvios" localizados na estrada de ferro e levada por ferrovia à usina localizada a dezenas de quilômetros de distância. Construiu, assim, a mesma, um verdadeiro império com o núcleo territorial concentrado em torno da fábrica e propriedades satélites esparsas, isoladas, a grandes distâncias. O que não poderia acontecer na Região Norte onde não havia estradas de ferro que cortassem a mesma por grandes extensões, onde as únicas ferrovias existentes foram as construídas pelas usinas Santo Antônio e Camaragibe, a partir de 1929, ligando as usinas às propriedades a elas pertencentes.

As usinas da Região Norte só surgiriam no século XX, de vez que as mais antigas, Santo Antônio, Santa Regina e Bom Jesus só seriam instaladas na segunda década deste século (Foto 3). Surgiram essas usinas, como em outras áreas do Nordeste, em função dos altos preços alcançados pelo açúcar em consequência da guerra 1914/18. Ao ser fundado o Instituto do Açúcar e do Alcool, quando novamente os preços do produto estavam baixos e difícil era a situação desta agro-indústria, das usinas citadas continuavam em funcionamento a Santo Antônio, que vinha passando pelas mãos de vários donos, nenhum deles se firmando economicamente, e a Bom

Jesus que atravessando situações difíceis, chegou a não moer em algumas safras como as de 1933/34 e 1934/35.

Ao lado desta, funcionavam com pequenas safras em 1933/34, mais duas usinas, a Camaragibe (1 255 sacos), instalada em 1921, e a Santana (5 251 sacos). Com as garantias trazidas pelo I.A.A., estabelecendo a regularização das cotas por Estados e usinas, preços mínimos e facilidades de créditos na entre-safra, a produção alagoana de açúcar tomou novo impulso, ascendendo a produção estadual a mais do dobro do primeiro decênio, pois subiu de 752 915 sacos em 1933/34 para 1 706 789 sacos na safra 1943/44.

A mesma euforia se observou na Região Norte provocando o aumento constante da produção das usinas já existentes e a fundação de outras: Pindoba, que moeu apenas uma safra (1943/44), a Santa Amália, fundada em 1942 e a Unussu, fundada em 1941.

Em 1944 a usina Camaragibe adquiriu e a ela incorporou as usinas Bom Jesus e a Unussu (esta moera apenas três safras) e a Santo Antônio adquiriu e incorporou os engenhos da Pindoba. A São Francisco da Cachoeira com apenas duas safras é uma tentativa que poderá ou não ter êxito.

O ciclo da usina iniciado nos fins da segunda década do século atual, daria oportunidade às mesmas de provocar um movimento de concentração da propriedade; movimento que se fez nas décadas de 1921/30 e 1931/40, com a aquisição das propriedades dos antigos bangüês pelas usinas. Na verdade, os bangüês, na crise da quarta década do nosso século entraram em difícil situação econômica e muitos proprietários venderam as terras a baixo preço. Outros, encontrando dificuldades para a colocação, no mercado, do seu produto de inferior qualidade — o açúcar mascavo — ou não dispondo de capitais para constante reaparelhamento dos maquinismos ou até desejosos de se livrarem de um maior trabalho durante a safra — a moagem das canas — preferiam vender as suas canas à usina mais próxima. Esse movimento culminou em 1944 com a absorção até das mencionadas usinas Pindoba, Unussu e Bom Jesus pela Santo Antônio e pela Camaragibe.

A zona Norte de Alagoas também teve grandes áreas colocadas sob a influência de usinas instaladas em áreas limítrofes com a Central Barreiros e a Santa Teresinha, de Pernambuco, que pos-

suem muitos engenhos nos municípios de Maragogi e de Pôrto Calvo e das usinas Bititinga e Conceição Peixe em São Luiz do Quitunde.

A concentração fundiária chegou a tal ponto que as usinas dispõem de terras em quantidade muito superior à sua capacidade industrial, dispondo assim de amplas áreas completamente inaproveitadas. Assim, a usina Santana possui 8 engenhos com extensão total de cerca de 7 000 ha, cultivando com cana apenas 50% dessa área. Ainda são seus tributários quinze engenhos da redondeza. A usina Camaragibe dispõe de propriedades imensas — cerca de 15 000 ha — constituídas por nove engenhos. Apenas 20% dessa área são cultivados com canas, de vez que compra cana de dez engenhos fornecedores e de vários pequenos sitiantes. Suas reservas de matas, localizadas nos engenhos São Gonçalo e Unussu, se estendem por mais de 3 500 ha. A usina Santo Antônio, com os onze engenhos de sua propriedade, possui uma área de mais de 12 000 ha, ocupando com seus canaviais apenas cerca de 1 000 ha. As áreas não cultivadas são, em grande parte, ocupadas por mangues e tabuleiros. Um dos seus engenhos é destinado à criação de gado.

Observa-se, assim, na área de cana, uma tremenda concentração da propriedade ao lado de um sub-aproveitamento que impressiona ao viajante que, cortando quilômetros de estrada, observa quase sempre a existência de muitas capoeiras denunciadas pelas numerosas palmeiras e pelas embaúbas (*cecropia* sp). Uma pergunta surge logo na mente do observador. Para que devastaram tanta mata?

### 3 — *Estrutura agrária*

O sistema de exploração da terra provocado pela cana de açúcar e pelo domínio da usina, deu origem a uma estrutura social em que o usineiro ocupa o ápice. A usina faz desaparecer a figura patriarcal do senhor de engenho, paternalista, presente, e a substitui por um capitalista que quase sempre reside em cidades grandes, vivendo ausente de sua fábrica e de seus canaviais. Às vezes até pertence a um grupo econômico, apresentado aos que nela trabalham sob a denominação impessoal de uma sociedade anônima. Este fato é observado sobretudo na usina Santana que foi adquirida em 1956

pelo grupo econômico dos Brito, proprietários da Fábrica Peixe e da usina Central Barreiros em Pernambuco e transferida em 1961 para o grupo Othon Bezerra de Melo, industriais ligados ao ramo de tecidos e hotéis e que, nos últimos vinte e cinco anos, se tornaram os maiores produtores de açúcar do Nordeste, dispondo de três usinas em Pernambuco e uma em Alagoas, que se estendem em terras contínuas por mais de 60 000 ha. As demais, embora juridicamente organizadas sob a forma de sociedades anônimas, pertencem à família Gomes de Barros (Santa Amália), ao Dr. Osman Lourenro e filhos (Camaragibe) e a Ernesto Gomes Maranhão e filhos (Santo Antônio).

Abaixo do usineiro encontram-se os senhores de engenho e fornecedores de cana que residem quase sempre em Maceió e passam a semana na propriedade. Raros são os que residem nas cidades da região, tôdas pequenas e com população urbana inferior a 5 000 habitantes, e quase sempre constituída por pequenos comerciantes, funcionários públicos, comerciários, artesãos e trabalhadores rurais.

A grande maioria da população é formada por trabalhadores rurais que têm um padrão de vida muito baixo, bem inferior ao do operário que trabalha nas usinas. Vivem geralmente no campo numa proporção de 50 a 60 famílias por engenho. Nestes, há sempre uma aglomeração de casas em torno à sede e outras dispersas ou agrupadas nas proximidades dos rios ou nas estradas. Essas casas são, em sua imensa maioria, construídas de taipa com cobertura de palha em quatro águas. Dispondo, em geral, de muitas terras e como os moradores concluem as suas tarefas antes das 14 horas, permitem as usinas que os mesmos tenham pequenos roçados próprios, onde cultivam mandioca, milho, feijão e fava. Nas zonas alagoanas devido à maré dinâmica, costumam os proprietários consentir que os moradores cultivem arroz. Essa agricultura é assim feita pelos próprios moradores em seus dias de folga ou por agricultores sem terras que habitam nas cidades e vilas, dedicando-se a pequenas lavouras. Sua produção é ponderável nos municípios de Porto Calvo e Maragogi e se acha em expansão em São Luiz do Quitunde, a ponto de já haver a região produzido em 1960, mais de 4% da produção alagoana. Suas perspectivas não são promissoras, porém, de vez que os proprietários visam com isto obter gratuita-

mente a drenagem dos alagados; cedem a terra com o compromisso do agricultor desocupá-la logo que seja feita a colheita e chegue a época do plantio da cana.

Dessas culturas, só a mandioca ocupa áreas ponderáveis, confiando-se as demais e pequenas extensões [16] como se pode observar na tabela II referente aos quatro municípios da zona açucareira.

TABELA II

*Distribuição espacial de culturas da zona canavieira do Norte de Alagoas.*

<i>Produto</i>	<i>Área cultivada (ha)</i>	<i>Valor da produção (NCr\$ 1,00)</i>
Cana de açúcar .....	17 360	369 534
Mandioca .....	7 592	250 320
Fava .....	50	312
Feijão .....	196	2 778
Arroz .....	102	11 507
Milho .....	277	4 469

A tabela deixa demonstrado o domínio absoluto de cana de açúcar, "lavoura de rico", como diria Gileno de Carli, sobre as demais "lavouras de pobre". Assim, se se comparar à área ocupada pela cana de açúcar e a ocupada pelas outras cinco culturas, feitas principalmente por moradores, observar-se-á que as "lavouras de pobre" reunidas, ocupam apenas 32% da área referida, enquanto a cana de açúcar estende-se "imperialisticamente" por mais de 68% da área mencionada.

Outras áreas, entretanto, ocupadas pela pecuária, são terras que se prestam para a cultura da cana, mas onde não é conveniente expandi-la devido à pequena capacidade industrial das usinas, com o reequipamento destas e o conseqüente aumento de sua capacidade, a cana irá gradativamente restringindo a área do gado. Geralmente os criadores são os próprios usineiros — as usinas Santo Antônio e Camaragibe destinam um engenho à pecuária — e há

fornecedores de cana que criam em cercados, de forma extensiva, gado zebu ou azebuado. Raros são os proprietários mais progressistas que fazem capineiras, preferindo a maioria criar o gado aproveitando a pastagem natural, embora esta prática restrinja seriamente a capacidade de lotação.

Nem todos os trabalhadores, porém, cultivam roçados, preferindo utilizar o tempo que lhes sobra da faina agrícola para o proprietário, na caça sobretudo da capivara e do tatu e na pesca; além do camarão e do famoso pitu, os rios são piscosos, sendo encontrados entre outros peixes a traíra, a aratanha, o caboge, etc. Também os alagados e a "ria" oferecem à população pobre meios de subsistência, devido à grande quantidade de peixes e de crustáceos neles existente, peixes e crustáceos que desde os tempos coloniais constituem alimentos muito apreciados por ricos e pobres. Dizem mesmo os proprietários que nos dias de "trovoada" os carangueijos saem em grande quantidade dos buracos em que moram, sendo presos por armadilhas previamente feitas. São os chamados carangueijos de "andada" e chamam às armadilhas de "chiqueiros". Nesses dias, com um bom chiqueiro pode um homem pegar até 500 carangueijos, que vendidos a NCr\$ 0,01 a unidade, representa uma importância bem superior ao salário de um dia.

Muitos trabalhadores agrícolas preferem viver nas cidades, vilas e povoações onde não recebem qualquer assistência dos proprietários rurais, mas onde têm mais diversões e maior liberdade. Trabalham no dia que querem, seguem o culto religioso que preferem e durante as eleições votam em quem desejam. Por isto não trabalham permanentemente em uma propriedade, mas hoje em uma, amanhã em outra, conforme o salário que lhes seja pago ou as suas conveniências. Às vezes deixam a família no aglomerado onde vivem e vão trabalhar em lugares distantes, regressando algumas semanas depois. Locomovem-se a pé ou em caminhões, levando um mínimo de pertences a que chamam os "bomba".

No período da safra afluem para a região os chamados, "corumbas" que residem no Agreste pernambucano e alagoano — Cupira, Caruaru, Brejo da Madre de Deus e Palmeira dos Índios — e procuram durante o estio, quando a atividade agrícola está paralisada na região em que vivem, trabalhar na zona açucareira. Com

as primeiras chuvas eles abandonam o trabalho assalariado e voltam para os seus rincões a fim de fundar os seus roçados. Contribuem, dêsse modo, para atender às necessidades de braços normalmente aumentados no período da safra.

Grande importância tem ainda o operariado industrial que deve compreender cerca de 700 trabalhadores nas cinco usinas. Eles residem em vilas existentes junto às fábricas, na "esplanada da usina", constituídas em geral por casas conjugadas, de alvenaria, com porta e janela na frente. Na usina Santana utilizam para moradia de trabalhadores até uma antiga senzala adaptada. Em meio às casas modestas avultam o edifício da usina, o da destilaria, as casas de tipo mais confortável que servem de residência aos funcionários mais graduados, a casa do gerente e dos proprietários. Esses operários têm nível econômico e social bem superior ao dos trabalhadores rurais, de vez que são protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Alagoas. Não têm direito à terra para plantar, ao contrário do que ocorre com os moradores.

#### 4 — *Processos de trabalho agrícola*

As usinas cultivam apenas cana de açúcar, selecionando para isto as melhores áreas, aquelas que não só dão maior produtividade, como melhor se localizam em relação à distância da fábrica. Podem proceder assim por haver terras em excesso em relação à capacidade das fábricas. Não há aquela disputa de canas que se observa em áreas onde há muitas usinas, como o Sul de Pernambuco e nos vales do Mundaú e do Paraíba do Meio, em Alagoas. Disputas houve apenas em 1956 e 1957 entre a usina Santana, que iniciava, então, a expansão de sua produção, e a Santa Terezinha. Compreendendo que levava desvantagem por pagar menor preço por tonelada de cana que a grande usina pernambucana — os preços são estabelecidos pelo I.A.A. de acordo com o rendimento industrial das usinas — resolveu a Santana pagar preço igual ao da Santa Terezinha, reconquistando, assim, os seus fornecedores. As usinas, porém, não moem apenas canas próprias, adquirem-nas também de fornecedores, não só devido às determinações da legislação vi-

gente, como porque, se fôsem cultivar tôda a cana de que necessitam, teriam de inverter grandes capitais na atividade agrícola e dispor de excesso de braços para a faina agrícola que é a mais dispendiosa e incerta do complexo agro-industrial.

A percentagem das canas próprias e de fornecedores varia muito de usina para usina. Assim, em 1960/61, a São Francisco da Cachoeira só moeu canas próprias; a taxa de fornecedores foi muito baixa na Santa Amália (10,5%) e na Camaragibe (38%), aumentando consideravelmente essa proporção na Santana (54%) e na Santo Antônio (57%). Se se analizarem, porém, essas relações desde 1956 até os nossos dias, observar-se-á que as usinas vêm nos últimos anos aumentando muito os seus plantios e elevando as percentagens de canas próprias nas moagens. Intensifica-se, assim, o processo usineiro através do qual procuram os usineiros, a fim de garantirem safras cada vez maiores para sua indústria, controlar a parte agrícola, o campo, apesar dos problemas e dificuldades anteriormente salientados. Com isso, vai diminuindo cada vez mais a percentagem das canas de fornecedores, podendo o industrial fazer melhores previsões de suas safras. Ocorre aquilo que Gileno de Carli já assinalou em Pernambuco, o senhor de engenho transforma-se inicialmente em fornecedor proprietário sendo, à proporção que o processo usineiro evolui, substituído pelo fornecedor rendeiro e, posteriormente, por um simples administrador. Ocorre com êle o que ocorreu no período colonial com os lavradores, tendem a perder a sua importância numérica, sua participação na produção e até a desaparecer, caso a legislação não o protegesse, não evitasse êsse desaparecimento. Para se ter uma idéia da rapidez desse processo é suficiente que se veja a participação desses fornecedores na produção dessas mesmas usinas quatro anos antes, na safra 1956/57: Santa Amália (65,6%), Camaragibe (44,3%), Santana (68%) e Santo Antônio (87%).

As usinas que dispõem de boas terras de várzea preferem cultivá-las, só deixando que os canaviais subam as encostas aquelas empresas, como a Santana e a Santa Amália, cujas propriedades não se localizam em várzeas muito amplas como a Camaragibe e a Santo Antônio. Assim mesmo a Santana ainda tem em várzea 70% dos seus canaviais. Os tabuleiros que para produzirem preci-

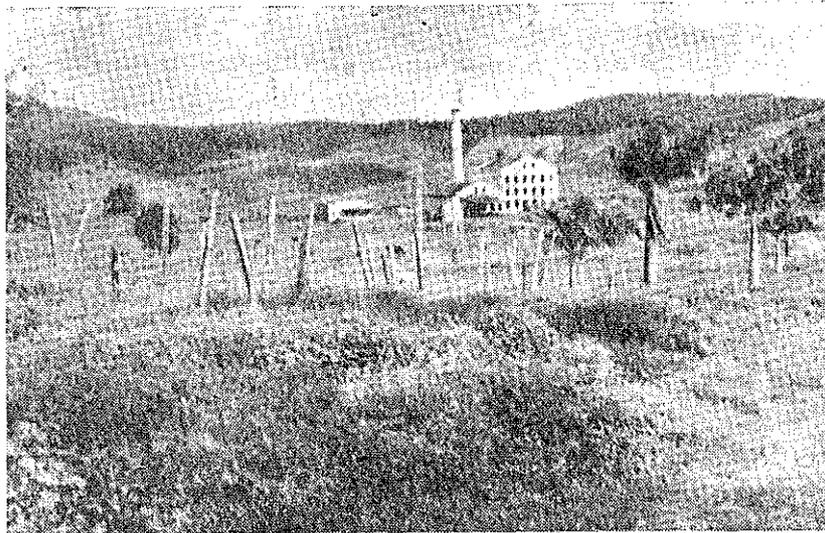


Foto 3 — Aspecto de usina do Norte de Alagoas.  
(Foto M. C. Andrade)

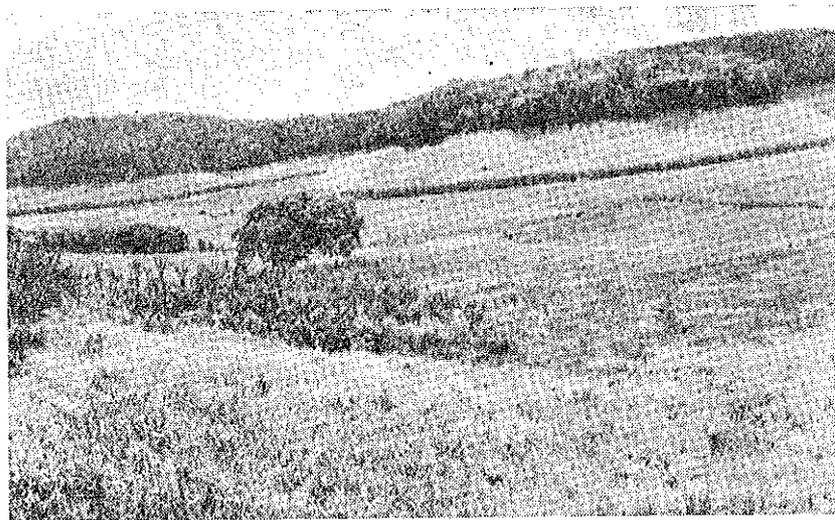


Foto 4 — Paisagem típica da Região Norte de Alagoas: várzeas e parte inferior das encostas ocupadas pelos canaviais, enquanto a parte alta continua ocupada pela mata.

(Foto M. C. Andrade)

sariam de uma maior adubação, estão incultos e os canaviais ocupam apenas o sopé e a parte mais inferior das encostas (Foto 4).

O plantio da cana se estende de julho a fevereiro; nos meses de julho e agosto, no período final da estação chuvosa, são plantadas as encostas a fim de que chegando o estio a cana já esteja nascida. A várzea, porém, neste período, está encharcada e a cana só pode ser cultivada no estio, conforme o escoamento das águas, estendendo-se este plantio desde setembro até fevereiro. As usinas, dispondo de tratores e arados a tração animal, usam máquinas na preparação do solo para o plantio, utilizando a enxada apenas nas poucas áreas em que as condições físico-naturais impedem o uso de máquinas. Os fornecedores mais pobres em geral não possuem tratores, utilizando arados a tração animal e enxadas. As variedades de canas nobres que dominavam os canaviais nordestinos até a década 1931/40, estão praticamente desaparecidas nessa região. A cana Caiana, a Manteiga, a Demerara, etc., aparecem raramente, como exceção. Aqui, como nas outras áreas nordestinas, a variedade indiana "Co-331", chamada vulgarmente de 3 xis, é a cana dominante, embora tenha um ciclo vegetativo muito longo, 18 meses, forçando as usinas a moê-las muito cedo, provocando a queda do rendimento industrial médio. Queda esta que, como se vê na tabela III é sensível e atinge seriamente a agro-indústria nordestina, baixando os rendimentos da mesma e dificultando a sua capacidade de concorrência com outros centros produtores. Apenas em duas usinas da região, a Santana e a Santo Antônio, não se observa esta queda devido às medidas tomadas pelos proprietários das mesmas, que vindo de uma área de agro-indústria mais desenvolvida, procuraram substituir esta variedade e melhor aparelhar suas usinas. Salienta-se, no entanto, não ser esta a única causa da queda de rendimento industrial, mas apenas uma das mais importantes. A ela se aliam o crescimento da produção agrícola, obrigando as usinas a estenderem muito a moagem além do período de amadurecimento da cana e o afrouxamento das moendas para poderem esmagar diariamente uma quantidade de toneladas de cana superior a sua capacidade de esmagamento. Procuram, assim, os usineiros, umentar a produção até mesmo com o sacrifício da produtividade.

TABELA III

*Rendimento industrial das usinas do Norte de Alagoas — 1956/61*

Usinas	Quilos de açúcar p/ tonelada de cana	
	Safra 56/57	Safra 60/61
Santana .....	94	97
Santo Antônio .....	86	89
Camargibe .....	87	86
Santa Amália .....	88	85
São Francisco da Cachoeira ....	—	60

Por isso a sua substituição já vem sendo feita por outras variedades "Co", como a 421, chamada na região de "pé de aço" por ser uma cana que se adapta às várzeas muito úmidas e por ser erecta e permanecer aprumada até o corte. Cultivam pouco a "Co 419", devido sua baixa produtividade, e a "Co 290". A "POJ-2878" apresenta grande rendimento industrial devido ao seu alto teor de sacarose, mas é pouco cultivada, devido à sua exigência quanto a solos e a pouca resistência às doenças. Sementeiras de canas das variedades "CB" e "CP" estão sendo feitas em caráter experimental.

O uso do adubo é feito principalmente nas encostas e muito raramente nas várzeas. Usam adubo químico à base de super-fosfato de cálcio, fosforita, sulfato de amônia, nitrato de cálcio, cloreto de potássio, aos quais juntam adubo orgânico representado pela torta de filtro prensil, estêrco de curral, torta de mamona, palha de cana com pó de cinza de bagaço, lixo de curral, etc. Processos de irrigação não são usados de vez que são aí inteiramente desnecessários.

O canavial, além da planta dá uma "soca" e uma "ressoca" diminuindo o rendimento agrícola de fôlha a fôlha. Em geral a planta leva de 4 a 5 limpas, enquanto as "socas" e "ressocas" duas limpas. Estas, se adubadas e bem cuidadas dão, às vezes, um rendimento igual às plantas. Só em casos excepcionais e em áreas

de melhores solos, o número de fôlhas com rendimento econômico compensador se eleva além de quatro, chegando em alguns casos a elevar-se até doze fôlhas.

O corte e a moagem da cana se inicia em setembro e outubro conforme o término da estação chuvosa que se estende até abril ou maio. Às vezes a chegada de um nôvo "inverno" em abril ou maio, vai encontrar as usinas ainda em funcionamento, forçando as mesmas a parar devido aos estragos feitos pelas chuvas nas estradas que se transformam em verdadeiros atoleiros e são por vários dias cobertas, em seus trechos mais baixos, pelos rios em suas enchentes.

A cana é transportada dos "partidos" para a "esplanada das usinas" em caminhões e em carroças puxadas a tratores. Só a usina Santo Antônio, que possui 38 km de estrada de ferro subindo a várzea do rio que lhe deu o nome, dirigindo-se a cinco outros ramais, usa o transporte ferroviário, tendo em serviço três locomotivas e 112 carroças com quatro, cinco e seis toneladas de capacidade. A usina Camaragibe, apesar de possuir 11 km de estrada de ferro, não os utiliza por considerar a conservação da mesma anti-econômica, mais dispendiosa do que o transporte por caminhões e tratores. Por isto é grande o número de caminhões e tratores próprios e alugados que as usinas empregam no transporte da cana durante a safra.

A capacidade industrial das usinas da região Norte de Alagoas é baixa. Tendo sido montadas faz mais de vinte anos, utilizando muitas vezes máquinas adquiridas de outras usinas e já bastante gastas, apresentam as mesmas grande heterogeneidade. Encontram-se, lado a lado, máquinas inglesas, francesas, americanas e nacionais. Moendas instaladas para esmagar 200 a 250 t. de cana por dia, após vinte anos de uso, foram adaptadas e estão esmagando, hoje, com visível prejuízo para a produtividade, de 400 a 600 t.. Observa-se, porém, uma preocupação constante dos proprietários com o reequipamento das usinas. Assim, a Santana, vem sendo reequipada desde 1951 e as despesas com êsse reequipamento levaram a firma proprietária, quase insolável, a vendê-la ao grupo Brito em 1956. Êste continuou as reformas a ampliações da usina até a sua transferência ao grupo Bezerra de Mello em 1961, quando as moendas da mesma esmagavam 1 000 t. diárias. Na Camaragibe, as moendas que em

1921 vieram da Inglaterra com capacidade para 250 t. diárias, esmagam hoje, após mais de 40 anos de uso, 600 t. A Santo Antônio, transferida em 1957 para nova firma, vem sendo constantemente ampliada, tendo sua maquinaria sido substituída a ponto de aumentar a sua capacidade de esmagamento para 600 t. diárias.

Convém salientar, porém, que apesar de todos êsses percalços, a agro-indústria na região em estudo tem produtividade agrícola média equivalente a do Estado, isto é, de 40 a 50 t. de cana por ha e a industrial sensivelmente inferior, de vez que foi de 79 kg de açúcar por tonelada de cana contra 88 do Estado. Esse baixo índice é provocado pela baixa produtividade da pequena usina São Francisco da Cachoeira (60 kg de açúcar p/t. de cana) recentemente fundada. Se fôsse excluída do cálculo, a produtividade subiria para 83 kg/t., o que se aproximaria sensivelmente da média estadual. Convém salientar ainda que a produtividade da usina Santana só foi inferior, no Estado, à da usina Central Leão que é um modelo na agro-indústria do açúcar e que na safra de 1960/61 alcançou o elevado índice de 106 kg/t. A Santana bateu em produtividade usinas conhecidas por sua eficiência como a Capricho e a Santa Clotilde.

Observa-se, assim, que apesar dos problemas que estão a afligir a indústria açucareira e da dificuldade de transporte, as usinas da região Norte de Alagoas atravessam uma fase de progresso, de ampliação da produção. Ampliação que é feita ainda sem trazer sérios prejuízos às lavouras de subsistência, devido ao fato de disporem as mesmas de excesso de terras. Acredita-se que esta fase possa entender-se ainda por muito tempo devido ao sub-aproveitamento das terras e à lentidão natural que se observa na renovação de um parque industrial que requer, para isto, substanciais investimentos. Investimentos nem sempre disponíveis para firmas de pequeno e médio porte como da maior parte das usinas dessa região.

##### 5 — *A importância das cidades e vilas*

Tôdas as aglomerações urbanas situadas nessa zona têm pequena população e pouca importância, como se observa na tabela IV. Só são consideradas urbanas do ponto de vista administrativo,

de vez que no Brasil o Conselho Nacional de Estatística considera urbana tôda a população residente nas cidades — sedes de município— e nas vilas — sedes de distrito. Do ponto de vista geográfico, porém, só podem ser consideradas urbanas as aglomerações em que a maioria da população ativa se dedica a atividades secundárias e terciárias na própria glomeração; essas cidades e vilas deveriam ser consideradas como autênticos povoados, verdadeiros aglomerados rurais.

TABELA IV

*Distribuição da população urbana da zona da cana de açúcar  
(Norte de Alagoas) — 1960*

<i>Cidades ou vilas</i>	<i>População</i>
<i>Cidades</i>	
Matriz de Camaragibe .....	4 556
Pôrto Calvo .....	3 876
São Luiz do Quitunde .....	3 359
Passo de Camaragibe .....	2 248
<i>Vilas</i>	
Urucu .....	1 090

Das cinco que se vêm nesta tabela, as quatro primeiras são sedes de municípios, cidades portanto, e a última é vila pertencente ao município de Passo de Camaragibe. Há, porém, na Assembléia Estadual, um projeto de lei elevando esta à categoria de cidade tendo como município o seu atual distrito. Levando-se em conta a política hoje dominante, favorável à criação de novos municípios, acredita-se que muito em breve Urucu será emancipada.

De um modo geral as cidades são pobres; a vida econômica se concentra nas usinas que lhes ficam próximas. Pôrto Calvo, cidade acrópole, típica das que os portugueses costumavam construir na época da conquista, devido à necessidade de defesa contra os índios e os corsários que infestavam a costa, e, Passo de Camaragibe, situada na várzea do rio que lhe deu o nome, quase ao

contacto entre as áreas de massapê próprias para o cultivo da cana e as terras baixas, alagadas, atestam um passado de relativa opulência através das velhas construções que apresentam.

Pôrto Calvo, construída sôbre pequeno morro, tem na parte mais alta a sua ampla matriz e um prédio assobradado onde se situa a cadeia pública. Na rua principal alguns sobrados atestam um passado de maior riqueza. As ruas mais pobres, formadas por casebres conjugados, descem os morros até as proximidades do sopé em larga várzea, onde o rio Manguaba recebe entre outros afluentes o Comandituba e o Tapamundé. Até aí subiam as barcaças que antigamente transportavam para o Recife e Maceió, o açúcar produzido no interior, nos engenhos da área de influência de Pôrto Calvo.

Passo de Camaragibe, situada a 18 km da costa em pôrto fluvial alcançado ainda hoje pelas barcaças, é, como Pôrto Calvo, uma cidade do tipo que Lacerda de Melo [15] classifica em Pernambuco como de fundo de estuário. Até aí chegavam as barcaças que faziam o transporte de açúcar e, às vezes até, pequenos navios. Segundo a tradição, em 1601, quando o rio tinha maior volume d'água e o canal estava menos assoreado, um navio comandado pelo francês Viniot navegou rio acima até o engenho Velho a um quilômetro do Passo; do mesmo modo, em 1864 o vapor Mossoró fez igual trajeto [14, p. 76]. A Matriz, o teatro e algumas residências atestam que aí também houve um período de maior desenvolvimento no século passado.

São Luiz do Quitunde também se localiza no fundo de uma "ria" e se desenvolveu no século passado em função do pequeno pôrto de barcaças. O fato do sítio se localizar no fundo da "ria" e a existência do pôrto, levaram certamente o proprietário Joaquim Machado da Cunha Cavalcanti a transferir para êsse nôvo sítio a povoação localizada no engenho Castanha Grande. Homem de visão, escolheu um ótimo local para a pequena cidade, não só devido ao pôrto, como ao fato de poder a mesma expandir-se por ampla área plana de várzea, pertencente ao engenho Quitunde, de sua propriedade. Às favoráveis condições naturais juntou êle outras vantagens, de vez que mandou traçar uma planta pelo engenheiro alemão Carlos Boltensern, na qual as ruas sempre retas se corta-

vam umas às outras em xadrez, fisionomia ainda dominante no centro da cidade [14, p. 170].

Essas três cidades, portanto, tiveram o seu destino ligado à navegação de cabotagem, em um período anterior ao domínio dos transportes ferroviários e rodoviários. Situadas no fim do trecho navegável dos rios, elas eram pontos para onde convergiam os tropeiros que traziam os produtos do interior, destinados à exportação e onde êsses adquiriam, em troca, os produtos importados que levavam para o interior. A função portuária, tornando a cidade um ponto de convergência para tropeiros e marítimos, permitiu o desenvolvimento do comércio com o aparecimento de armazéns de compra dos produtos da terra e de casas que negociavam com produtos importados — sal, tecidos, etc. Aí também se construíram armazéns, os trapiches em que se acumulavam, à espera das barcaças, o açúcar e os outros produtos de exportação.

A construção das estradas de ferro e, posteriormente, de rodagem, fêz com que a produção do interior passasse a convergir diretamente para as capitais, para os grandes centros, provocando a decadência da navegação a vela, de cabotagem e a morte dessas pequenas cidades e portos. Cidades portos, numerosas em toda a costa nordestina, chegaram a ter, algumas delas, períodos de grande esplendor como Mamanguape na Paraíba, Goiana em Pernambuco e Maruim, Laranjeiras e Santo Amaro de Brotas, em Sergipe. Cidades que estão a merecer um estudo especial dos escritores interessados em melhor conhecer a evolução econômico-social do Nordeste, as implicações geográficas ligadas a essa evolução.

Matriz de Camaragibe e Urucu são aglomerados de outro tipo, embora o primeiro tenha origem remota que se prende ao século XVIII. São centros surgidos no interior, em torno de igrejas, certamente em pontos onde os tropeiros que demandavam os portos do litoral costumavam pernoitar. Em determinados pontos, à beira dos caminhos, como já foi salientado em estudo anterior [2, p. 48], pelo fato de haver uma estalagem ou apenas uma sombra fornecida por árvore frondosa, costumavam os tropeiros parar para descanso e pernoite. A afluência de pessoas a êsse ponto provocou o aparecimento de um comércio incipiente, até mesmo de feira, de "bodegas", de igreja, de festas e, finalmente, de um povoado. O povoado

nascia de um pequeno centro de abastecimento das áreas vizinhas e se transformava na vila e, às vezes, na cidade. Essa tem sido a origem e a causa do desenvolvimento de muitos aglomerados nordestinos.

Atualmente, as pequenas cidades da zona canavieira do Norte de Alagoas são meros centros de abastecimento das regiões vizinhas e de circunscrições administrativas; com o quase desaparecimento da navegação a vela e a ausência de boas estradas, essas cidades estão paradas ou em decadência. Decadência esta que poderia ser sustada com a construção de uma boa rodovia que as ligasse a Maceió, facilitando o escoamento da produção regional e incentivando o aproveitamento de amplas áreas até agora semi-abandonadas. A Igreja, a Prefeitura, o Fórum e o pequeno comércio constituem atração para a população rural, sobretudo nos dias de feira, de festas e de eleições. O próprio comércio sofre uma forte concorrência do barracão das usinas próximas — a Santo Antônio se acha a 2 km de São Luiz do Quitunde e a Camaragibe a 1 km da Matriz de Camaragibe — bem mais sortidos e quase sempre com maior freguesia do que os armazéns da cidade.

Ao lado da pequena população de classe média constituída por funcionários públicos, comerciantes, comerciários, artesãos, etc, são as cidades habitadas principalmente por trabalhadores rurais que ora cultivam pequenos pedaços de terra que possuem os alugam, ora trabalham como assalariados nas usinas e engenhos vizinhos. Por isso, do ponto de vista geográfico, essas cidades não podem ser consideradas aglomerados urbanos, mas aglomerados de transição, de vez que têm função comercial e administrativa, mas são habitadas principalmente por pessoas que trabalham no campo.

### III — A ZONA DO CÔCO E DA PESCA

#### *1 — A paisagem atual*

A zona da pesca e do côco compreende, neste estudo, a faixa da região Norte mais próxima ao litoral onde vive uma população que se dedica em sua maior parte à pesca ou ao trabalho nos coqueirais.

Quem atravessa a zona de norte a sul observa a existência de grandes áreas formadas pelo terraço de acumulação marinha situado de 2 a 3 m acima do nível do mar, com solos arenosos e onde a vegetação natural primitiva foi quase totalmente substituída pelos coqueirais. À sombra dessas palmeiras erguem-se as habitações e os depósitos de côco e se estendem as rêdes de pescaria. As habitações, quase sempre aglomeradas, formam povoações de uma única rua que ora se estendem acompanhando a linha da praia, com as casas dando a frente para o mar, ora acompanham os caminhos carroçáveis que atravessam a zona, tortuosas entre os coqueirais. Muitas vêzes alguns coqueiros se erguem cercando as casas no meio da rua. É o domínio completo do côco na paisagem e do côco, aliado ao peixe, na alimentação.

As cidades e vilas da zona, excetuando-se Maragogi e Pôrto de Pedras que, como centros mais importantes e mais antigos, têm maior número de ruas e de construções de alvenaria, são, assim, constituídas por uma única rua onde dominam as casas de taipa e as cobertas de palha de coqueiro. Dão a impressão de verdadeiras aldeias, de vez que são autênticos povoados [9].

Pode-se considerar como pertencentes a essa zona, os municípios de Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio, ao lado de grandes extensões dos municípios de Maragogi, Pôrto de Pedras e porções razoáveis de Pôrto Calvo, Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde.

Além dessas cidades e das vilas de Barra Grande e Tatuamunha existe, ao longo da praia, uma série de povoados, alguns florescentes como Pôrto da Rua, outros de menor importância como Patacho, Ponta de Mangue, Xareu, Peroba, São Bento, Bitingui, Lage, Carro Quebrado, Santa Luzia e Paripueira.

Ao contrário do que ocorre na zona açucareira em que a vida econômica é comandada pelas usinas, aqui as cidades e vilas, apesar de sua pobreza e de sua pequena população urbana, comandam a vida da região. Nelas vivem os pequenos proprietários de coqueirais, os comerciantes, os pescadores e a maioria dos trabalhadores rurais, e nelas se situam as casas de comércio. As construções são bem mais pobres que as das cidades da zona açucareira e as condições de conforto ainda inferiores. Em povoações como Pôrto do

Rio em que há comércio razoável e pequeno hotel, por exemplo, raras são as casas que dispõem de banheiro, costumando seus habitantes usar o rio para o banho, apesar de aí a água receber a influência da maré e ter cor escura devido às raízes dos coqueiros. Na cidade de São Miguel dos Milagres as casas não dispõem de instalações sanitárias, o que leva os habitantes a usar os coqueirais onde existe vegetação mais compacta para atender às suas necessidades fisiológicas.

O número de habitantes das cidades e vilas da região diz algo da importância das mesmas como se vê na tabela V.

TABELA V

*População urbana na zona do côco e da pesca  
(Norte de Alagoas — 1960)*

<i>Cidades e vilas</i>	<i>População</i>
<i>Cidades</i>	
Pôrto de Pedras .....	1 960
Barra de Santo Antônio .....	1 949
Maragogi .....	1 585
São Miguel dos Milagres .....	1 088
Japaratinga .....	634
<i>Vilas</i>	
Barra Grande .....	811
Tatuamunha .....	438

Observando-se que as duas cidades mais populosas — Pôrto de Pedras e Barra de Santo Antônio — têm população inferior a 2 000 habitantes, podemos assinalar que as cidades litorâneas têm menor importância e menos aspecto urbano que as cidades decadentes ou estagnadas da zona canavieira. Até Pôrto de Pedras que foi freguesia de certa importância na primeira metade do século passado e que foi durante a Guerra dos Cabanos, por alguns meses, residência do Presidente da Província de Alagoas [5], não demonstra por suas edificações o passado que possui.

São, portanto, meros aglomerados rurais transformados em centros administrativos com a criação de municípios e distritos e com pequeno comércio que atende ao abastecimento das áreas vizinhas.

Apesar de localizados no litoral acham-se isolados pela falta de transporte conseqüente do quase desaparecimento das barcas e da inexistência de uma estrada que corte a zona. Uma precária estrada carroçável corta a zona de norte a sul servindo de ligação entre Recife e Maceió. Passa no interior dos coqueirais e nas ruas principais dos aglomerados, sendo servida por balças ao atravessar os rios Manguaba, Camaragibe e Santo Antônio. Por ela circulam diariamente o ônibus que faz a linha Recife-Maceió e os caminhões que transportam o côco para a capital alagoana. Há ainda outras, carroçáveis, que ligam a praia ao interior, como a que liga Maragogi a Pôrto Calvo, Barra de Camaragibe a Camaragibe e Barra de Santo Antônio a São Luiz do Quitunde que, com exceção da última, só são utilizadas no estio, de vez que na estação das chuvas se tornam intransitáveis. É, assim, o problema dos transportes um dos que mais dificultam o desenvolvimento da zona.

## 2 — A importância da pesca

A pesca é uma atividade econômica de grande importância nessa área e a ela se dedica grande parte da população trabalhadora e nela empregam capitais os pequenos e médios comerciantes das vilas e povoações. Os produtos obtidos através dessa atividade contribuem grandemente para o abastecimento alimentar da zona e são também exportados.

Vários são os tipos de pescaria e as atividades dos pescadores. Alguns preferem pescar na "ria" utilizando "covos" fabricados com cana-brava e cipó para a pesca do camarão. Esse crustáceo é muito abundante sobretudo durante a estação das chuvas, quando as depressões existentes na várzea e ligadas ao rio por canais, estão cheias d'água, transformadas em lagoas. Nessa época também pescam muito muçum.

Na "ria" são ainda pescados peixes de mar que sobem a mesma, como o camorim, a carapeba, o xareu, a curimã, etc. Nos recifes situados a pouca distância da costa e alcançados a vau na maré

baixa, costumam os pescadores obter ostras. As lagostas são pescadas nos cordões de recifes situados a maior profundidade e que se sucedem paralelamente à costa; a sua pesca tem sido muito incentivada nos últimos anos, devido aos bons preços alcançados no sul do país e nos Estados Unidos. Em Maragogi há uma nova firma, a DISPESCA, que se dedica à exploração deste crustáceo para a exportação.

No mar, várias são as espécies pescadas, como a serra, a cavala, o bagre, a tainha, o xareu, a agulha, a pescada, a piraúna, a sardinha, etc.

A pesca é feita por vários processos; há quem construa em frente à costa, a uma distância que varia de acôrdo com o relêvo da plataforma submarina, os famosos currais de peixes feitos de pau a pique e constituídos por dois compartimentos nos quais o peixe que entra não pode sair. Em certos períodos o pescador dirige-se em canoa para o curral e, verificada a existência de peixes em abundância, lança a rêde, fazendo facilmente farta pescaria. O dono do curral paga ao mesmo uma pequena comissão pelo trabalho realizado.

Usam também jangadas para as pescarias de linha em alto mar, onde conseguem peixes de maior valor como a serra e a cavala. As pescarias, embora menos freqüentes na estação das chuvas, se estendem por todo o ano, de vez que várias espécies de peixes, como a piraúna e o cangulo, são pescados em tôdas as estações. A situação econômica dêsses pescadores é das mais precárias, pois não dispõem de meios para a aquisição de jangadas, tendo de utilizar as embarcações que lhes são fornecidas pelos proprietários que são quase sempre "pombeiros", isto é, negociantes de pescado. A posse da jangada torna-se cada dia mais difícil aos pescadores, uma vez que o famoso pau de jangada, muito leve, que se usa para fabricar a embarcação, torna-se cada dia mais raro na região, o que encarece cada vez mais a jangada. Um jangada nova vale, hoje, nada menos do que NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) e tem curta duração — de 12 a 18 meses. Por isto a pesca é feita de parceria, sendo esta combinada entre os pescadores e proprietários de jangada de uma forma em que a produção é dividida, cabendo a êste um têrço

da mesma, enquanto os restantes dois terços são divididos entre os pescadores, geralmente dois, que realizam a pescaria.

Mais importante ainda é a pescaria realizada em botes que comportam uma maior quantidade de peixes e permitem a permanência longe do seu pôrto, em alto mar, por mais de cinco dias. Custando um alto preço — cêrca de NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos) em 1962 — só os comerciantes mais ricos os possuem e exploram. Com uma equipagem de quatro pescadores, êsses botes fazem-se ao mar, em geral, na segunda-feira regressando às sextas. O proprietário do bote custeia tôda a despesa com a manutenção dos pescadores durante os dias de trabalho e recebe como pagamento 50% do produto da pescaria. Geralmente em cinco dias de trabalho, os pescadores conseguem de 100 a 300 kg de peixe que são salgados em alto mar, chegando à praia em condições de serem comercializados.

Como não há frigoríficos na região, o peixe é vendido sempre fresco para o consumo local ou salgado quando se destina às cidades de Maceió e do Recife. Talvez a rotina na atividade pesqueira da zona venha a ser revolucionada. Uma emprêsa de pesca, a DISPESCA, organização fundada com capitais pernambucanos, instalou-se faz menos de um ano em Maragogi e colocou em atividade uma frota de dez barcos motorizados, destinando-os à pesca da lagosta para exportação. O mercado norte-americano é o grande consumidor dessa produção; nos períodos em que não há pesca de lagosta, dedicam-se êstes barcos à obtenção de peixes, sendo a produção colocada no mercado local.

Os preços variam conforme a qualidade e o tratamento do peixe. Assim, em março de 1962, os peixes de melhor qualidade, como a cavala, eram vendidos a NCr\$ 0,10 quando fresca e a NCr\$ 0,12 quando salgada; o dourado a NCr\$ 0,08 se fresco e a NCr\$ 0,09 se salgado, alcançando os peixes de categoria inferior como a agulha, o cangulo e a biquara, o preço de NCr\$ 0,07 o quilo quando frescos e os mais ordinários como a muqueca eram vendidos a NCr\$ 0,04.

Fora essas pescarias de alto mar em que utilizam barcos a vela e têm como utensílios de pesca a linha e os "covos", há outro tipo de pescaria visando peixes pequenos, que é feito no chamado "mar de dentro", entre os recifes e o litoral. Aí, quando utilizam embar-

cações, é geralmente uma pequena jangada a remo e os principais utensílios são o "puça", a tarrafa e a rêde de arrasto. Quando pescam a arraia usam geralmente o arpão.

Como se observa, domina ainda no Norte de Alagoas a pesca do tipo artesanal de que falou Hilton Sette [17] em trabalho recente, a qual não pode se desenvolver devido às condições técnicas inferiores. Achamos que as tradicionais jangadas deveriam ir sendo substituídas por embarcações de maior porte que transportassem pequenos e médios frigoríficos nos quais o peixe seria colocado sem perigo de deteriorar-se, permitindo uma maior permanência da embarcação em alto mar. Em certos pontos da costa de onde partem as frotas pesqueiras, como Maragogi e Pôrto da Rua, também deveria haver frigoríficos onde seriam armazenados os peixes que, congelados, poderiam ser vendidos para os mercados do Recife e de Maceió ou até, caso se organizasse um moderno sistema de transportes, para os centros mais distantes. Providências no sentido da congelação do pescado são de maior importância, sabendo-se como numa região de clima quente e úmido se processa rapidamente a deterioração do produto. Um melhor tratamento do pescado poderia ampliar o mercado consumidor do Nordeste, contribuindo para atenuar a procura da carne, diminuindo a ascensão contínua e rápida que está havendo no preço da mesma nos últimos anos. Isto também melhoraria as condições alimentares da população do interior nordestino que, como já foi salientado em trabalho anterior [6], devido ao alto preço do charque consome grande quantidade de peixe seco, que é "tratado" e salgado nas praias sem obedecer aos menores requisitos higiênicos. Quem anda pela região Norte de Alagoas, nos aglomerados da faixa litorânea, vê os peixes a secar ao sol, no meio da rua, expostos à poeira, sem que haja a menor preocupação higiênica com um produto que se sabe ser de fácil deterioração.

Assim, usando técnicas atrasadas, muitas delas em padrões culturais que os indígenas nos legaram, desenvolve-se a pesca, ocupando grande número de trabalhadores e contribuindo grandemente para o abastecimento nordestino. A melhoria dessas condições técnicas, a criação de cooperativas de pescadores que adquirissem embarcações e frigoríficos com assistência e orientação governamental,

a organização da comercialização do pescado e melhoria dos transportes, trariam um grande desenvolvimento à região, melhorariam as condições de vida dos trabalhadores e contribuiriam para a solução do problema do abastecimento do Nordeste, merecendo portanto as maiores atenções das autoridades.

O pescador vive no meio do coqueiral mas não trabalha nêle. Além da pesca suas horas em terra são ocupadas com o preparo dos utensílios da pesca, sobretudo com conserto de rês que são dependuradas em cêrcas de pau sob os coqueiros. Na estação das chuvas, quando o mau tempo desaconselha a pescaria, costuma fazer roçados de mandioca, de milho, de batata ou feijão debaixo dos coqueirais menos densos ou à retaguarda dêsses, em áreas não cultivadas pelos proprietários; êstes, em geral, consentem essa atividade e até permitem a construção de palhoças dentro do coqueiral, usadas como moradia pelos pescadores porque terão assim um vigia para impedir que estranhos desfrutem as palmeiras e roubem os frutos.

Há, apesar de tudo isto, uma grande intimidade entre o pescador e o coqueiral, de vez que êsse desfruta a sua sombra, utiliza a palha na coberta e às vêzes até na construção de suas casas e tem o côco como um dos principais alimentos. Êste fruto é utilizado na culinária regional na confecção de pratos como o feijão de côco, o arroz de côco e a cocada. Lugares há até em que o côco substitui a manteiga, de vez que se usa comer pão com côco ralado.

### 3 — *O côco e sua importância na economia regional*

A região Norte de Alagoas destaca-se consideravelmente devido à importância que possui pela cultura e produção de côco. Assim, dos 20 633 ha cultivados com côco da Bahia, em Alagoas, 4 795 se localizam na região Norte, o que corresponde a 23% do total da área cultivada com côco, no Estado. A produtividade equivale, a 37 cultivada com côco, no Estado. A produtividade equivale a 37 centos por ha/ano. A produção por hectare na região Norte é, portanto, superior à média do Estado, de vez que correspondeu em 1960 a 167 700 centos, enquanto o total de Alagoas foi igual a 694 664 centos. A percentagem correspondente à região Norte ultrapassa, pois, os 27%.

Essa produção se distribui na região pelos vários municípios que a compõem segundo os dados assinalados na tabela VI [16].

TABELA VI

*Produção de côco na região Norte de Alagoas — 1960*

<i>Município</i>	<i>Área cultivada (ha)</i>	<i>Produção (centos)</i>
Maragogi .....	1 480	79 920
Passo de Camaragibe ..	730	26 280
Pôrto de Pedras .....	1 968	59 040
São Luiz do Quitunde ..	385	13 860
Pôrto Calvo .....	60	1 800
Matriz de Camaragibe .	170	6 800

Dêsses municípios, o de Matriz de Camaragibe, apesar de localizado na região Norte, não dispõe de terras na zona que ora se estuda. Os de Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio têm os seus dados incluídos, respectivamente, nos dos municípios de Maragogi, Pôrto de Pedras e São Luiz do Quitunde de quem só recentemente foram desmembrados, não estando por isto destacados.

O coqueiro sendo uma planta de ciclo vegetativo longo, não necessita de plantios anuais como a cana de açúcar, a mandioca, o feijão, etc. O proprietário do coqueiral, uma vez este esteja safrejando, vai limitar a sua atividade e as suas despesas na conservação e colheita do mesmo. Deve, naturalmente, ir substituindo as palmeiras que forem perecendo. Daí o pouco trabalho e os grandes lucros que fornece o coqueiral se o compararmos com outras lavouras.

Na área da praia as terras são muito valorizadas e o preço das propriedades é calculado mais à base do número de coqueiros que possuem, do que da extensão que têm. Como desde a época colonial, quando os coqueiros se estenderam por nossas praias, os proprietários não costumavam industrializar o produto e como só no

presente século houve uma maior valorização do mesmo, as primitivas sesmarias de beira de mar se subdividiram consideravelmente com a sucessão hereditária. Hoje, quando o côco está muito valorizado e em algumas áreas há uma tendência à concentração da propriedade, observa-se, como regra, a coexistência lado a lado da grande e da pequena propriedade. Esta é encontrada freqüentemente nas praias mais povoadas nas imediações dos aglomerados mais importantes. Geralmente compridas e estreitas, paralelas uma às outras, apresentando alguns metros de largura na praia por centenas de metros, às vezes até quilômetros, penetrando para o interior. É que nos inventários, ao fazer-se a partilha, queriam todos os herdeiros receber terras de praia, do terraço marinho de 2 a 3 metros, onde o côco se desenvolvia de forma compensadora, e os juizes dividiam então a propriedade em tantas faixas de terras com frente para o mar e penetração até o limite do fundo da propriedade, quantos fôssem os herdeiros.

Quem viaja pela estrada que acompanha a costa, observa indícios, em algumas áreas, do domínio da grande e em outras, da pequena propriedade. Os indícios do primeiro tipo são a existência da pouca densidade de habitações que se distribuem esparsas, e a existência de amplos e bem construídos depósitos de côco, ao passo que nas áreas em que domina o segundo tipo, há maior concentração humana, as casas estão sempre próximas umas das outras, formando às vezes verdadeiras "ruas" e são numerosos os pequenos depósitos de côco que se disseminam no meio do coqueiral.

Os tratos com o coqueiral são mínimos e por isto nos "sítios de côco" não é necessária a existência de grande número de moradores. Estes vivem no meio do coqueiral em palhoças por eles construídas. Alguns proprietários, porém, mais cuidadosos, limpam o coqueiral uma vez por ano, utilizando os próprios moradores ou contratando trabalhadores de fora da propriedade. Há, até, quem adube as palmeiras com torta de mamona e com um composto preparado e vendido pela SODIB. O pagamento aos trabalhadores é feito às vezes por empreitada e às vezes à diária, dando um salário médio de NCr\$ 0,12 por dia.

O coqueiral pode ser desfrutado de 60 em 60 dias, dando seis colheitas anuais. Nas grandes propriedades é comum colher-se côco

durante todo o ano. Começando em uma extremidade, vão os colhedores avançando gradativamente para a extremidade oposta, onde ao chegar já decorreram dois meses do início da colheita e no ponto inicial já nova colheita pode ser começada. O tirador de côco percebe salário por tarefa que varia de um local para outro, certamente, conforme a maior ou menor procura, de NCr\$ 0,02 a NCr\$ 0,03 por dez coqueiros em que sobe. Em cada subida, além de desfrutar a palmeira, o tirador de côco faz a limpeza da planta, libertando-a das fôlhas secas. Geralmente um homem desfruta cêrca de 50 coqueiros por dia, o que lhe garante um salário médio diário que em janeiro de 1962, oscilava entre NCr\$ 0,08 e NCr\$ 0,15. Costumam os tiradores de côco não trabalhar nesse mister todos os dias da semana, pelo menos na estação chuvosa, quando procuram fundar roçados sobretudo de milho e feijão, para promover a subsistência da família.

Colhido o côco, passa a ser reunido e descascado por operários especializados, sendo depois guardados nos depósitos à espera de comprador. Não existem aí, como em Piaçubuçu e em Aracaju, fábricas que industrializem o produto a fim de obter farinha e leite de côco. Nem mesmo a casca do côco e a fibra são aproveitadas, sendo reunidas em grande montes e queimadas.

O produto é vendido a firmas comerciais de Maceió que possuem agentes nas cidades e vilas litorâneas. No início de 1962, essas vendas eram feitas ao preço de NCr\$ 1,00 a NCr\$ 1,05 o cento; o transporte do côco é feito geralmente em caminhões. As barcas, muito usadas outrora, estão sendo substituídas cada vez mais por aquêles. Sua importância está tão diminuída que os antigos e famosos estaleiros da costa alagoana estão hoje, praticamente, desaparecidos; um ou outro é que continua com uma medíocre produção.

O côco domina a paisagem, mas se circunscreve ao terraço arenoso, subindo muito pouco as encostas. Por trás da área por êle ocupada, nas "ilhas" de solos argilosos, surgem culturas de subsistência como a mandioca, o feijão, a batata doce e fruteiras. Nos alagados em que domina a água doce, estendem-se os arrozais e nas encostas é freqüente os proprietários cultivarem bananeiras.

Achamos que a área litorânea deveria ser melhor aproveitada

e que a cultura do coqueiro passasse a ser feita em caráter intensivo a fim de que pudesse obter maior produção por hectare. A sua industrialização também deveria ser feita no local, pois seriam diminuídas as perdas de frutos e aumentaria a oportunidade de trabalho para numerosa população pobre da zona; as culturas de subsistência se recebessem maior proteção e orientação técnica poderiam melhor abastecer a região. Uma série de medidas de ordem técnica e modificação de estrutura e de hábitos tradicionais necessita ser feita a fim de salvar a região do subdesenvolvimento e a população do atraso e da miséria em que vive.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — ANDRADE, Manuel Correia de — Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental; IV — Os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 1959. 96 pp.
- 2 — ——— — O vale do Siriji: um estudo de geografia regional. Recife. 1958.
- 3 — ——— — A economia pernambucana no século XVI. Recife. Arquivo Público Estadual. 1962.
- 4 — ——— — A terra e o homem no Nordeste. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1963. 265 pp.
- 5 — ——— — A Guerra dos Cabanos; uma tentativa de restauração. Rio de Janeiro. Ed. Conquista. 1965.
- 6 — ——— — Caracterização geográfica in "Anadia, um município do Agreste alagoano". Pesquisa realizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais para o Conselho Regional do Serviço Social Rural, de Alagoas. A ser publicado.
- 7 — BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti — Os tipos de clima do Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 9 (105):988-997, dez. 1951.
- 8 — ——— — Planície litorânea e zona canavieira do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Geografia. 1957.
- 9 — BERNARDES, Nilo — Contribuição para uma discussão sobre problemas de "habitat" rural no Brasil. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 10(1):137-144, 1958.
- 10 — CARLI, Gileno de — O processo histórico da usina em Pernambuco. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti. 1942.
- 11 — DIEGUES JUNIOR, Manuel — O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949.

- 12 — GUERRA, Ignez Amélia L. Teixeira — Tipos de clima do Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 17(4):449-496, out.-dez. 1955.
- 13 — Idéia da população da Capitania de Pernambuco. *Annaes da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 40:52—, 1923.
- 14 — MARROQUIM, A. — Terras das Alagoas. Roma. Maglione & Strini, 1922.
- 15 — MELLO, Mario Lacerda de — Tipos de localização de cidades em Pernambuco. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 11(3/4): 5-33. 1958.
- 16 — Produção agrícola de Alagoas, 1960; resultados globais e por município. Maceió. Departamento Estadual de Estatística, 1961.
- 17 — SETTE, Hilton — Aspectos da atividade pesqueira em Pernambuco. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, 11(1):235-1959.
- 18 — VAN DER DUSSEN, Adrien — Relatório das capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Tradução, introdução e notas de José Antonio Gonçalves de Mello. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1947.